PEP 2021 – 2ª AVALIAÇÃO DE TREINAMENTO
FICHA AUXILIAR DE CORREÇÃO
(UMA SOLUÇÃO)

GEOGRAFIA-SAÚDE

1ª QUESTÃO (Valor 6,0)

Analisar o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil, com base nos indicadores sociais mortalidade infantil e expectativa de vida da população brasileira, **concluindo** sobre as ações governamentais para elevar o IDH do Brasil**.**

1. MÉTODO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO		Obs
Introdução (10% a 15%) **Identificação do objeto correto**	**M1**	Abordagem da ideia central.		
	M2	Delimitação do espaço geográfico e/ou do tempo		
	M3	Ideias complementares relacionadas com a questão que evidenciem uma preparação correta para o desenvolvimento		
	M4	Não elaboração da introdução de forma abrupta.		
	M5	Não antecipação de partes do desenvolvimento.		
	M6	Ligação com o desenvolvimento.		
PARÂMETRO	**IDEIAS**	**ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO**		**Obs**
Desenvolvimento (55% a 70%) **Compreensão do nível de desempenho/ Identificação do objeto correto**	**M7**	Divisão da solução em introdução, desenvolvimento e conclusão.		
	M8	Divisão do todo em partes coerentes.	Totalmente.	
			Mais da metade das partes está coerente com o todo.	
			Menos da metade das partes está coerente com o todo.	
			Divisão sem coerência.	
	M9	Identificação da coerência das ideias com o objeto.	Totalmente.	
			Atendimento em mais da metade das ideias.	
			Atendimento em menos da metade das ideias.	
			Não atendimento das ideias.	
	M10	Análise das ideias com ligação de causa e efeito.	Totalmente.	
			Mais da metade das ideias com ligação.	
			Menos da metade das ideias com ligação.	
			Ideias sem ligação.	
	M11	Elaboração das conclusões parciais.	De forma dedutiva.	
			Limitando-se a resumir.	
			Não elaborou as conclusões parciais.	
PARÂMETRO	**IDEIAS**	**ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – CONCLUSÃO**		**Obs**
Conclusão (20% a 30%) **Compreensão do nível de desempenho**	**M12**	Retomada da ideia central (sob novo enfoque).		
	M13	Elaboração da síntese coerente com as conclusões parciais.	Com as ideias essenciais e de forma dedutiva.	
			Parcialmente com as ideias essenciais.	
			Não elaborou a síntese ou limitou-se a resumir.	
	M14	Conclusão baseada nos aspectos desenvolvidos (lógica).	Na conclusão, todas as ideias têm suporte na introdução ou no desenvolvimento.	
			Na conclusão, mais da metade das ideias tem suporte na introdução ou no desenvolvimento.	
			Na conclusão, menos da metade das ideias tem suporte na introdução ou no desenvolvimento	
			Ideias sem suporte.	
	M15	Elaboração do parágrafo conclusivo.		
MÉTODO – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)				

2. CONHECIMENTO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO	Obs
Introdução (10% a 15%) **Algumas ideias**	**C1**	O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de desenvolvimento humano, a partir de três dimensões: renda, saúde e educação. Os países desenvolvidos têm IDH 0,80 ou superior, em desenvolvimento entre 0,50 e 0,799 e os subdesenvolvidos até 0,499.	
	C2	Atualmente, o Brasil tem uma população de cerca de 211,8 milhões de habitantes e um IDH de 0,710, que o classifica como um país em desenvolvimento.	
	C3	A dimensão saúde do IDH é influenciada pelos indicadores mortalidade infantil e expectativa de vida. A mortalidade infantil é um indicador social representado pelo número de crianças que morreram antes de completar um ano de vida a cada mil crianças nascidas vivas. A expectativa de vida, chamada de esperança de vida ao nascer, consiste na estimativa do número de anos que se espera que um indivíduo possa viver.	
	C4	A taxa de mortalidade infantil no Brasil melhorou nos últimos anos, embora o índice continue muito elevado, com cerca de 23,6 mortes/ mil nascimentos. O elevado índice de mortalidade infantil no Brasil é proveniente da baixa renda familiar, que afeta diretamente a quantidade e a qualidade da alimentação, o acesso ao saneamento básico adequado e ao sistema de saúde.	
	C5	A média de expectativa de vida de um cidadão brasileiro é de 72,7 anos. Esta média está relacionada com a qualidade de vida do País, como educação, sistema de saúde, assistência social, saneamento básico e índices de violência.	
	C6	A seguir, será analisado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil, com base nos indicadores sociais mortalidade infantil e expectativa de vida da população brasileira, concluindo sobre as ações governamentais para elevar o IDH do Brasil.	
	C7	Outras ideias julgadas pertinentes.	
PARÂMETRO	**IDEIAS**	**ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO**	**Obs**
Desenvolvimento (55% a 70%) **Ideias**		a. Mortalidade Infantil	
	C8	**Renda da família** O baixo poder aquisitivo dificulta às famílias a aquisição de alimentos de qualidade e na quantidade adequado, o que impacta nas taxas de mortalidade. Os programas do governo, como o Bolsa Família e o Vale Gás, auxiliam as famílias na aquisição de alimentos e na prevenção da desnutrição e da pobreza extrema.	
	C9	**Assistência médica** Os programas nacionais de atenção à saúde materno-infantil, dirigidos à atenção pré-natal, ao parto e ao puerpério, à vacinação e à reidratação oral, favorecem o desenvolvimento infantil, diminuindo a taxa de mortalidade.	
	C10	**Aleitamento materno** O incentivo ao aleitamento materno, além proteger o lactente da desnutrição, contribui para sua imunização e o torna mais resistente às infecções, em virtude da transmissão de anticorpos maternos pela amamentação.	
	C11	**Saneamento básico** No Brasil, o saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição e definido, pela Lei nº. 11.445/2007, como o conjunto dos serviços, infraestrutura e Instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais. Entretanto, o uso de água não tratada e de depósitos de lixo irregulares são fatores que contribuem para a propagação de doenças em crianças.	
	C12	**Licença-maternidade** A lei de licença-maternidade garante à lactante o poder de permanecer com seu filho. Com isso, favorece o aleitamento infantil e estimula a mãe a manter a carteira de vacinação atualizada. No final da referida licença, incentiva a mãe a iniciar a introdução do alimento pastoso.	
	C13	**Creches infantis** Permitem às mães retornarem ao mercado de trabalho para auxiliar no sustento da casa, mantendo seus filhos seguros e alimentados. Isso assegura à criança um desenvolvimento seguro e, consequentemente, menor taxa mortalidade infantil.	

		Conclusão parcial	
	C14	Conclui-se, parcialmente, que o combate à mortalidade infantil é multifatorial. Várias medidas governamentais e leis necessitam ser implementadas para provocar a melhora da taxa e, consequentemente, a elevação do IDH.	
		b. Expectativa de Vida da População Brasileira	
	C15	**Educação** A educação é importante para o desenvolvimento humano, pois qualifica para uma oportunidade profissional, além melhorar o entendimento sobre os direitos como cidadão e o acesso à saúde.	
	C16	**Sistema de saúde** Cerca de 90% da população depende exclusivamente do sistema público de saúde. O acesso à saúde é precário, com baixo número de médicos e leitos hospitalares por mil habitantes, além de poucos investimentos públicos em saúde, per capita. Essa baixa qualidade e acesso ao atendimento eleva o risco de comorbidades e óbitos, influenciando negativamente o IDH.	
	C17	**Violência urbana** A violência urbana tem sido a grande causa de mortes na população produtiva. O governo tem adotado medidas para aperfeiçoar as leis de trânsito e para reorganizar os órgãos de segurança, com a finalidade de diminuir o número dessas mortes.	
Desenvolvimento (55% a 70%) **Ideias**	**C18**	**Assistência social** As medidas sociais de auxílio financeiro e os programas de atenção à terceira idade melhoraram a qualidade de vida dos idosos.	
	C19	**Violência doméstica contra o idoso** Os idosos são vítimas de agressões por familiares e cuidadores, e de abandono familiar, colocando-os em condições de vulnerabilidade. Com a criação de leis de proteção ao idoso, garantiu-se melhor qualidade de vida e a proteção do Estado e, consequentemente, melhora na esperança de vida.	
	C20	**Saneamento básico** Os investimentos do Governo Federal para a universalização dos serviços de água e esgoto, previstos no PLANSAB – Plano Nacional de Saneamento Básico, proporcionam melhora na qualidade da água de consumo e no tratamento do esgoto sanitário, fatores que, associados a um sistema de coleta de lixo eficiente, previnem a propagação de doenças.	
	C21	**Impacto da Pandemia COVID-19** A pandemia afetou principalmente os idosos, devido às comorbidades associadas, provocando um número elevado de mortes. Com essa elevação nos óbitos, houve diminuição da expectativa de vida do brasileiro, o que influenciou negativamente o IDH. Assim, o governo priorizou a vacinação contra a COVID-19 nos idosos, numa tentativa de reverter essa situação.	
		Conclusão parcial	
	C22	Conclui-se, parcialmente, que políticas públicas de promoção da saúde, combate à pobreza, proteção ao idoso e combate à violência estão no contexto do desenvolvimento humano e necessitam ser implementadas para melhora da expectativa de vida.	
	C23	Outras ideias julgadas pertinentes.	
PARÂMETRO	**IDEIAS**	**ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – CONCLUSÃO**	**Obs**
	C24	O IDH baliza como está o desenvolvimento humano no Brasil e, por meio dos indicadores sociais, orienta as medidas governamentais que devem ser adotadas para melhora do índice.	
Conclusão (20% a 30%) **Ideias**	**C25**	Em síntese, pode-se concluir que o governo deve atuar em várias áreas para melhorar o IDH, com planos governamentais que diminuam a taxa mortalidade infantil e aumentem a esperança de vida. Essa atuação deve ocorrer nos campos da educação, da saúde, do saneamento e da segurança pública.	
	C26	A ampliação dos serviços de saúde disponibilizados às famílias tem permitido a melhora das condições de saúde da população em geral e, consequentemente, proporcionado elevação do IDH.	

Conclusão (20% a 30%) **Ideias**	**C27**	A falta de saneamento básico e os fatores socioeconômicos são determinantes para a degradação do meio ambiente. Nesse contexto, a susceptibilidade das crianças às doenças infectocontagiosas impacta diretamente a taxa de mortalidade infantil.	
	C28	O governo tem atuado em várias frentes: programas de educação, criação de creches infantis, proteção ao idoso, combate à violência, combate à COVID-19 e regulamentação de leis de saneamento básico. Mas, como o Brasil é um país de dimensões continentais, tem sido um desafio desenvolver igualmente todas as regiões político-administrativas nacionais.	
	C29	Por fim, conclui-se que, embora o Brasil apresente IDH de país em desenvolvimento, há necessidade de atuar nas fontes primárias de melhoria, como o saneamento, a educação e a saúde, para buscar transpor este patamar.	
	C30	Outras ideias julgadas pertinentes.	
CONHECIMENTO – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)			

3. EXPRESSÃO ESCRITA

PARÂMETRO	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS	Obs
(A) COERÊNCIA: as ideias são encadeadas de modo a respeitar a ordenação lógica do pensamento; o autor não se contradiz.	**A1:** Desenvolvimento incompreensível, incoerente, ilógico ou contraditório devido à inexistência de articulação de ideias e/ ou a excessivas contradições.	
	A2: Desenvolvimento parcialmente compreensível, embora fragmentado, com má articulação de ideias. Há contradições que não dificultam a compreensão, coerência e lógica global, mas registram dificuldade de compreensão localizada.	
	A3: Desenvolvimento compreensível, coerente, lógico e sem contradições, no qual todas as ideias apresentadas são desenvolvidas, proporcionando leitura fluente**.**	
(B) CLAREZA: o texto claro reflete a limpidez do pensamento, facilita a pronta percepção e jamais obriga o leitor a retornar para entender melhor alguma parte.	**B1:** Texto pouco claro como um todo, obrigando retornos frequentes do leitor.	
	B2: Ocorrência de pouca clareza em partes do texto.	
	B3: Texto suficientemente claro, de fácil entendimento do leitor.	
(C) OBJETIVIDADE: caracteriza-se pela economia verbal, sem prejuízo da eficácia da comunicação do pensamento. O bom texto vai direto ao ponto, desenvolve-se de maneira sóbria e retilínea e evita divagações inúteis, muitas vezes propositais (expediente infantil, usado para aumentar o texto sem lhe conferir qualidade). O exagero da objetividade leva ao laconismo, comprometendo a clareza, ou redundando em omissão de conteúdo**.**	**C1**: É pouco objetivo, vago e com divagações inúteis na (quase) totalidade do texto**.**	
	C2: É parcialmente objetivo em determinadas partes do texto.	
	C3: É objetivo, com linguagem direta e preciso na exposição das suas ideias.	
(D) COESÃO: avalia-se o emprego de elementos coesivos: pronomes, conjunções, preposições, tempos verbais, pontuação.	**D1:** Inobservância total dos elementos que efetuam a coesão dentro dos parágrafos e/ou entre os parágrafos. Pouco coeso.	
	D2: Emprego inadequado dos elementos da coesão.	
	D3: Empregou parcialmente os elementos coesivos.	
	D4: Emprego correto e diversificado dos elementos coesivos, gerando texto coeso.	
(E) CORREÇÃO GRAMATICAL	**E1:** Ortografia.	
	E2: Pontuação.	
	E3: Concordância.	
	E4: Regência.	
EXPRESSÃO ESCRITA – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)		

RESULTADO DA QUESTÃO	
MENÇÃO OBTIDA NA QUESTÃO (E-MB-B-R-I)	

2ª QUESTÃO (Valor 4,0)

Justificar a importância da proteção de dados transmitidos por meio eletrônico, **destacando** os principais mecanismos adotados no Brasil, para mitigar as possibilidades de vazamento de informações.

1. MÉTODO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUCÃO		Obs
Introdução (10% a 20%) Identificação do objeto correto	M1	Abordagem da ideia central.		
	M2	Delimitação do espaço geográfico e/ou do tempo		
	M3	Ideias complementares relacionadas com a questão que evidenciem uma preparação correta para o desenvolvimento		
	M4	Não elaboração da introdução de forma abrupta.		
	M5	Não antecipação de partes do desenvolvimento.		
	M6	Ligação com o desenvolvimento.		
PARÂMETRO	**IDEIAS**	**ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO**		**Obs**
Desenvolvimento (80% a 90%) Compreensão do nível de desempenho/ Identificação do objeto correto	M7	Divisão da solução em introdução e desenvolvimento.		
	M8	Atendimento da imposição da servidão (citação e justificativa das ideias ou somente justificativa).	Em todas as ideias.	
			Em mais da metade das ideias.	
			Em menos da metade das ideias.	
			Em nenhuma das ideias.	
	M9	Identificação da coerência das ideias com o objeto.	Em todas as ideias.	
			Em mais da metade das ideias.	
			Em menos da metade das ideias.	
			Em nenhuma das ideias.	
	M10	Justificativa das ideias com ligação de causa e efeito.	Em todas as ideias.	
			Em mais da metade das ideias.	
			Em menos da metade das ideias.	
			Em nenhuma das ideias.	
	M11	Atendimento da imposição do destaque	Em todas as ideias.	
			Em mais da metade das ideias.	
			Em menos da metade das ideias.	
			Em nenhuma das ideias.	
MÉTODO – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)				

2. CONHECIMENTO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO	Obs
Introdução (10% a 20%) Algumas ideias	C1	No mundo digital em que vivemos, a proteção de dados transmitidos por meio eletrônico tem importância fundamental nas relações entre pessoas, empresas, instituições e governos.	
	C2	Os dados transmitidos por meio eletrônico operam no chamado “cyberespaço”, ou espaço virtual. Este espaço não possui contorno físico definido e foi viabilizado com o advento da revolução informacional, iniciada nos anos 1970, e intensificada nas últimas décadas com a comunicação em rede por meio da internet.	
	C3	A popularização da internet e dos equipamentos eletrônicos de comunicação, como os computadores pessoais, smartphones e tablets, propiciou a instantânea troca de informações e dados. Hoje, as redes sociais, como o Facebook, Instagram ou Twitter, e os aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, fazem parte do dia a dia de pessoas e empresas no mundo inteiro, com milhares de dados sendo transmitidos a cada segundo.	
	C4	Entretanto, o ambiente virtual da internet abriu espaço para o surgimento de ameaças diversas. Assim, a segurança digital torna-se necessária, cabendo aos usuários das redes avaliá-las e ter os cuidados necessários para proteger os dispositivos eletrônicos e as informações baixadas, transmitidas e compartilhadas. No Brasil, para mitigar essas ameaças, o Estado procura acompanhar a revolução informacional e criar regulamentação e mecanismos jurídicos para disciplinar a convivência digital.	

Introdução (10% a 20%) **Algumas ideias**	**C5**	A seguir, será justificada a importância da proteção de dados transmitidos por meio eletrônico, destacando os principais mecanismos adotados no Brasil, para mitigar as possibilidades de vazamento.	
	C6	Outras ideias julgadas pertinentes.	
PARÂMETRO	**IDEIAS**	**ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO**	**Obs**
Desenvolvimento (80% a 90%) **Algumas ideias**	**C7**	a. Vulnerabilidade dos dispositivos e redes à infecção por vírus digitais Vírus digitais são tipos de programas ou códigos maliciosos criados por criminosos cibernéticos, com a finalidade de alterar a forma como os computadores e os dispositivos móveis funcionam ou para roubar dados. São frequentemente transmitidos entre os dispositivos eletrônicos, por meio de arquivos e programas contaminados e compartilhados entre os usuários. Uma vez ativados, os vírus podem causar efeitos devastadores em um dispositivo isolado ou até mesmo em toda uma rede de computadores. Assim, a proteção de dados transmitidos e compartilhados por meio eletrônico é fundamental para evitar a infecção de dispositivos por vírus digitais.	
	C8	b. Possibilidade de danos nos dispositivos eletrônicos Quando ativado em um dispositivo, um vírus pode causar danos inesperados ou prejudiciais, como corromper ou destruir arquivos e dados, danificar hardware e software do sistema e, até mesmo, controlar um computador. Estes danos justificam a importância da proteção de dados transmitidos por meio eletrônico.	
	C9	c. Possibilidade de interrupção de redes de computadores e prestação de serviços Em uma rede de computadores, o vírus pode causar danos operacionais e financeiro para empresas e instituições pela interrupção temporária ou suspensão das atividades ou prestação de serviços. Esta situação poderia ser evitada com a adoção medidas, procedimentos e comportamentos adequados de proteção na transmissão, armazenamento e recebimento de dados eletrônicos.	
	C10	d. Invasão de dispositivos eletrônicos e redes por "hackers" e "crackers" Genericamente, podemos dizer que "hackers" e "crackers" são pessoas que usam seus conhecimentos para quebrar senhas de segurança, invadir dispositivos eletrônicos e redes, furtar, destruir ou modificar dados e cometer diversos outros tipos de crimes digitais. Essa ameaça justifica a adoção de medidas de proteção. Apesar da Constituição Federal ser de 1988, portanto anterior à popularização do uso da internet no Brasil, destaca-se que no seu artigo 5º, a Carta Magna fundamenta a inviolabilidade da intimidade, da privacidade, da honra e da imagem das pessoas.	
	C11	e. Ocorrência de vazamento de dados digitais Diariamente, pessoas físicas, empresas, instituições e governos têm dados vazados, ocasionando danos de diversas naturezas. Os dados podem ser vazados, dentre outras maneiras, por furto ou roubo dos dispositivos eletrônicos; por acidente na transmissão; por descuido dos usuários ao transmitir arquivos para pessoas desconhecidas; ao disponibilizar dados pessoais nas redes sociais; ou por ação de "hackers" e "crackers". Por isso, a proteção e a segurança digital não devem ser negligenciadas. Neste contexto, destaca-se a Lei número 12.737. Sancionada em 2012, tipifica crimes cometidos por invasão de meios eletrônicos e da internet, com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem consentimento do proprietário.	
	C12	f. Possibilidade de danos emocionais e psicológicos Vazamentos e divulgações de fotografias e vídeos particulares e não consentidos por quem é exposto e a consequente "viralização" em redes sociais têm sido recorrentes no ambiente digital e podem gerar transtornos e danos emocionais e psicológicos para as vítimas e suas famílias. Assim, a responsabilidade individual na segurança dos dispositivos e envios de conteúdos pessoais sensíveis é fundamental na atualidade.	
	C13	g. Prática de crimes sexuais como pedofilia Crianças e adolescentes são usuários frequentes nas redes sociais e podem se tornar vítimas fáceis para criminosos sexuais. Adulto, com perfil falso e se passando por outra criança, se conecta com um menor de idade e estabelece vínculo de amizade para obter dados pessoais e trocar fotografias e vídeos eróticos comprometedores. Uma vez obtido o material, o criminoso pode chantagear a criança para abusá-la sexualmente. Compreende-se, portanto, que a educação digital e o controle da família ao acesso de crianças à internet no sentido de proteger e evitar a transmissão de dados pessoais para desconhecidos, com destaque para crimes sexuais ou pedofilia, é fundamental para a segurança familiar.	

Desenvolvimento (80% a 90%) **Algumas ideias**	**C14**	h. Ocorrência de furto de informações confidenciais Uma modalidade muito usual de crime cibernético é o chamado “phishing”, que consiste no criminoso se passar por uma pessoa ou instituição por meio de e-mail, mensagens instantâneas ou redes sociais e solicitar informações confidenciais, como senhas de acesso a sistemas, números de cartões de crédito, etc. O “phishing”, por si só, justifica a necessidade de adoção de métodos, procedimento e normas de segurança no uso da internet por pessoas, empresas e instituições. Destaca-se que o Marco Civil da Internet, de 2014, disciplinou o uso da internet no Brasil, protegendo a privacidade e os dados pessoais, e controlando práticas abusivas de uso e compartilhamento de dados de forma incompatível com as finalidades do contrato estabelecido entre as partes.	
	C15	i. Prática de extorsão na internet Outra modalidade de crime cibernético é a extorsão. Uma vez que o dado confidencial tenha sido obtido, o criminoso exige pagamento ou outros favores da vítima para reparar o dano causado, o que justifica a necessidade da segurança digital.	
	C16	j. Ocorrência de crimes relacionados a vendas online O aumento recente das vendas online, o chamado “e-commerce”, potencializou esta modalidade delituosa. O criminoso digital cria páginas de vendas ou prestação de serviços falsas para atrair as vítimas. Uma vez efetuada a operação comercial, o cliente nunca será atendido. Portanto, é fundamental a adoção de procedimentos básicos de segurança virtual e a proteção de dados por pessoas e empresas para evitar serem vítimas de criminosos digitais oportunistas.	
	C17	k. Compartilhamento indevido de dados pessoais e coorporativos por empresas e instituições Atualmente, empresas, instituições e governos são dependentes da internet para gerenciar seus negócios, processos e informações. Trabalhando com bancos de dados pessoais e corporativos confidenciais, como números de contas bancárias e cartões de crédito, CPFs e CNPJs, hábitos de consumo, geolocalização etc, elas são responsáveis pelo tratamento e segurança dos dados sob sua guarda. O mau uso destas informações, como o compartilhamento indevido entre empresas e instituições, pode prejudicar a privacidade e a intimidade de pessoas, o que justifica a necessidade crescente de proteção de dados. Destaca-se que, para mitigar essa situação, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) foi sancionada em agosto de 2020. A LGPD altera o escopo legal do Marco Civil da Internet e regulamenta a proteção e a privacidade dos dados pessoais, estabelecendo regras sobre coleta, armazenamento, tratamento e compartilhamento de dados.	
	C18	l. Possibilidade de ações judiciais motivadas por má gestão de informações confidenciais sensível. A má gestão de informações pessoais e corporativas pode motivar ações judiciais e os consequentes danos financeiros por indenizações. Assim, a segurança jurídica para empresas e instituições, no sentido de proteger a privacidade dos clientes e colaboradores e aumentar a transparência sobre os serviços oferecidos, justifica a proteção de dados transmitidos por meio eletrônico.	
	C19	m. Possibilidade de danos de imagem Além de danos financeiros, empresas, instituições e governos estão vulneráveis aos danos à imagem decorrentes de compartilhamento, vazamento ou mal uso de dados pessoais ou corporativos confidenciais dos seus clientes, o que pode comprometer a sua reputação. Isto reforça a necessidade de prevenção e proteção de dados por empresas e instituições. Outro mecanismo adotado no Brasil foi a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) em 2019. A ANPD tem a atribuição de elaborar diretrizes; fiscalizar a aplicação de penalidades; promover e divulgar normas e políticas públicas sobre proteção de dados pessoais, dentre outras atribuições.	
	C20	n. Proteção e salvaguarda de conhecimentos estratégicos sensíveis Grandes empresas, instituições públicas e órgãos governamentais e estatais possuem conhecimentos sensíveis que, por sua importância estratégica requerem grau elevado de segurança. Se vazados ou transmitidos para pessoas não autorizadas, podem causar grandes prejuízos financeiros, danos de imagem institucional, ou até mesmo comprometer a segurança nacional. Assim, exigem medidas excepcionais de proteção e salvaguarda na sua produção, armazenamento e transmissão.	

Desenvolvimento (80% a 90%) **Algumas ideias**	**C21**	o. Condição para inserção empresarial e institucional Cada vez mais, empresas e instituições precisam implantar mecanismos de proteção de dados digitais para se relacionar de forma segura e transparente com seus contatos, clientes, colaboradores e parceiros internacionais. É uma exigência do mercado, de legislações nacionais de diversos países e de blocos regionais como a União Europeia (UE). Assim sendo, a salvaguarda e proteção de dados pessoais e corporativos transmitidos por meio eletrônico é condição básica de inserção competitiva em um mundo globalizado, cada vez mais digitalizado e dependentes das redes.	
	C22	p. Condições para relações com organizações e instituições internacionais No âmbito governamental das relações internacionais a situação não é diferente. Dessa forma, o Governo Brasileiro pleiteia ingressar na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e relacionar-se com a UE, as quais possuem políticas rígidas de proteção de dados, como por exemplo, o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR), da UE, que devem ser cumpridas por empresas e instituições dos estados-membros. Assim, a adequação a essas políticas é primordial para a concretização de objetivos de inserção internacional.	
	C23	Outras ideias julgadas pertinentes.	
CONHECIMENTO – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)			

3. EXPRESSÃO ESCRITA

PARÂMETRO	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS	Obs
(A) COERÊNCIA: as ideias são encadeadas de modo a respeitar a ordenação lógica do pensamento; o autor não se contradiz.	**A1:** Desenvolvimento incompreensível, incoerente, ilógico ou contraditório devido à inexistência de articulação de ideias e/ou a excessivas contradições.	
	A2: Desenvolvimento parcialmente compreensível, embora fragmentado, com má articulação de ideias. Há contradições que não dificultam a compreensão, coerência e lógica global, mas registram dificuldade de compreensão localizada.	
	A3: Desenvolvimento compreensível, coerente, lógico e sem contradições, no qual todas as ideias apresentadas são desenvolvidas, proporcionando leitura fluente**.**	
(B) CLAREZA: o texto claro reflete a limpidez do pensamento, facilita a pronta percepção e jamais obriga o leitor a retornar para entender melhor alguma parte.	**B1:** Texto pouco claro como um todo, obrigando retornos frequentes do leitor.	
	B2: Ocorrência de pouca clareza em partes do texto.	
	B3: Texto suficientemente claro, de fácil entendimento do leitor.	
(C) OBJETIVIDADE: caracteriza-se pela economia verbal, sem prejuízo da eficácia da comunicação do pensamento. O bom texto vai direto ao ponto, desenvolve-se de maneira sóbria e retilínea e evita divagações inúteis, muitas vezes propositais (expediente infantil, usado para aumentar o texto sem lhe conferir qualidade). O exagero da objetividade leva ao laconismo, comprometendo a clareza, ou redundando em omissão de conteúdo**.**	**C1**: É pouco objetivo, vago e com divagações inúteis na (quase) totalidade do texto**.**	
	C2: É parcialmente objetivo em determinadas partes do texto.	
	C3: É objetivo, com linguagem direta e preciso na exposição das suas ideias.	
(D) COESÃO: avalia-se o emprego de elementos coesivos: pronomes, conjunções, preposições, tempos verbais, pontuação.	**D1:** Inobservância total dos elementos que efetuam a coesão dentro dos parágrafos e/ou entre os parágrafos. Pouco coeso.	
	D2: Emprego inadequado dos elementos da coesão.	
	D3: Empregou parcialmente os elementos coesivos.	
	D4: Emprego correto e diversificado dos elementos coesivos, gerando texto coeso.	
(E) CORREÇÃO GRAMATICAL	**E1:** Ortografia.	
	E2: Pontuação.	
	E3: Concordância.	
	E4: Regência.	
EXPRESSÃO ESCRITA – MENÇÃO (E-MB-B-R-I)		

RESULTADO DA QUESTÃO	
MENÇÃO OBTIDA NA QUESTÃO (E-MB-B-R-I)	

ORIENTAÇÕES GERAIS

O avaliador deverá fazer as observações que julgar pertinentes na própria prova e no espaço abaixo, de maneira a orientar o estudo do aluno no PEP.

A prova deverá ser corrigida por menções (E-MB-B-R-I) em cada uma das partes que a constituem, formulando-se uma avaliação geral por questão, de modo a facilitar o direcionamento do estudo do aluno para que realize uma prova equilibrada.

Algumas ideias são sugeridas para balizar a avaliação do conhecimento a ser feita pelo orientador.

No que se refere ao MÉTODO, as considerações a serem feitas pelo Avaliador deverão estar de acordo com o prescrito na Publicação de MÉTODO, do CP/CAEM.

Para uma melhor preparação quanto à Expressão Escrita, sugere-se ao aluno do PEP enviar sua prova para um professor de Português.

A divisão do item “Desenvolvimento” em partes ou itens coerentes, no ND análise deve ser encarada de forma específica, admitindo-se várias formas de solução, de acordo com o pedido formulado.

OBSERVAÇÕES JULGADAS PERTINENTES PARA A ORIENTAÇÃO